

LICÍNIO LOPES MARTINS
JORGE ALVES CORREIA

JUSTIÇA
ADMINISTRATIVA
TEXTOS E CASOS PRÁTICOS RESOLVIDOS

3.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE

•

Nota prévia à 3. ^a edição.....	5
Siglas	7
Elementos de consulta.....	9
PARTE I	
TEXTOS	11
Capítulo I	
Âmbito da jurisdição administrativa no ETAF.....	13
1. O problema do âmbito de jurisdição.....	13
1.1. A credencial constitucional	14
1.2. O nível da lei ordinária	16
2. Comentário ao artigo 4.º do ETAF.....	18
3. A atribuição a outros tribunais de questões materialmente administrativas	51
4. O problema da competência para conhecer dos litígios que envolvem entidades administrativas independentes e autoridades reguladoras independentes	53
5. Seleção de jurisprudência.....	57
5.1. Acórdãos do Tribunal de Conflitos.....	57
5.2. Acórdãos do STA (Plenário)	62
6. Exercício prático.....	64
Capítulo II	
A organização da jurisdição administrativa	67
1. A organização judiciária em geral.....	67
2. Os tribunais administrativos permanentes.....	69
2.1. Supremo Tribunal Administrativo	69
2.2. Tribunais Centrais Administrativos.....	71
2.3. Tribunais administrativos de círculo	73
2.4. A “questão” da autonomia da jurisdição administrativa e fiscal.....	78

•	
3. Repartição das competências entre tribunais administrativos	80
3.1. Critério de repartição em razão da matéria.....	80
3.2. Critério da competência em razão da hierarquia	80
3.3. Critério de repartição da competência em razão do território.....	83
3.4. Seleção de jurisprudência.....	85
4. Tribunais Arbitrais	86
4.1. Matérias que podem ser submetidas aos tribunais arbitrais.....	86
4.2. Direito aplicável e poderes de cognição dos tribunais arbitrais	88
4.3. Constituição e funcionamento	90
4.4. Impugnação das decisões arbitrais.....	90
4.5. Seleção de jurisprudência.....	92
4.6. Arbitragem permanente e breve referência à arbitragem necessária..	92
5. Conflitos de jurisdição e de competência	94
5.1. Conflitos de jurisdição (entre a ordem judicial administrativa e outras jurisdições)	94
5.2. Conflitos de competência (dentro da ordem judicial administrativa)	94
Capítulo III	
A ação administrativa	97
1.ª Secção — Introdução	97
1. A garantia da tutela jurisdicional efetiva	97
2. Introdução ao CPTA	98
2.1. A reforma processual de 2002: o modelo dualista (a ação administrativa comum e a ação administrativa especial).....	99
2.2. A reforma processual de 2015: o modelo processual unitário.....	100
2.3. Quadro síntese.....	100
3. Breve referência a processos principais avulsos.....	101
4. Cumulação de pedidos	102
5. Valor das causas administrativas.....	104
6. Interesses positivos, interesses pretensivos e interesses preventivos	105
2.ª A Secção — Da ação Administrativa.....	106
I. Ação de impugnação judicial de ato administrativo	106
1. Objeto do pedido.....	106
2. Conceito de ato impugnável	108
3. Categorias especiais de atos administrativos.....	117
4. Legitimidade processual	117
4.1. Legitimidade processual ativa.....	118
4.1.1. Ação Particular	119

	•	
4.1.2. Ação Popular.....		120
4.1.3. Ação Pública		123
4.2. Legitimidade processual passiva.....		124
5. Prazo.....		126
5.1. Prazo para propor a ação administrativa		129
5.2. Prazo para a impugnação de ato administrativo.....		129
5.3. Regras sobre a contagem dos prazos		130
6. Efeitos da decisão judicial		133
7. Seleção de jurisprudência.....		134
II. Ação de condenação à prática de ato administrativo devido.....		137
1. Enquadramento		137
2. Objeto.....		137
3. Conceito de ato administrativo legalmente devido		137
4. Pressupostos.....		138
5. Legitimidade		139
5.1. Legitimidade ativa.....		139
5.2. Legitimidade passiva.....		140
6. Prazo.....		140
7. CPAD e pedidos relativos a prestações.....		141
8. Efeitos da sentença e poderes do juiz.....		142
9. Seleção de jurisprudência.....		146
III. Ação de impugnação e condenação à emissão de normas		147
1. Enquadramento jurídico-constitucional		147
2. A impugnação contenciosa direta		147
2.1. Objeto		147
2.2. Tipologia.....		148
2.3. Operatividade das normas.....		148
3. Regime jurídico da impugnação contenciosa direta.....		149
3.1. Declaração de ilegalidade com força obrigatória geral (DIFOG)		149
3.2. Declaração de ilegalidade com efeitos restritos ao caso concreto (DIEC)		153
4. Impugnação indireta de normas administrativas		159
5. Condenação à emissão de normas.....		163
6. Seleção de Jurisprudência		164
IV. Pedidos relativos à validade e execução de contratos.....		166
1. Enquadramento		166

ÍNDICE

2. Ação relativa à validade, parcial ou total, de contratos.....	168
3. Pedidos relativos à execução dos contratos.....	169
4. Prazo para os pedidos relativos à validade, parcial ou total, de contratos	170
5. Regime de impugnação dos atos administrativo de execução dos contratos	171
6. Seleção de Jurisprudência	172
V. Ação de responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas.....	174
1. Enquadramento	174
2. Legitimidade ativa	174
3. Legitimidade passiva.....	174
4. Prazo.....	175
5. A conjugação de normas do CPTA com normas do RRCEE.....	175
6. Sentença.....	177
7. Seleção de jurisprudência.....	177
VI. Ação administrativa de reconhecimento	179
1. Enquadramento	179
2. Pedidos de reconhecimento previstos no CPTA	180
3. Legitimidade ativa	180
4. Seleção de jurisprudência	180
VII. Ações administrativas impositivas e ações administrativas inibitórias	181
VIII. Ação de condenação à não emissão de atos administrativos	181
IX. Ação administrativa de condenação no cumprimento de deveres de prestar	182
1. Objeto e pressupostos.....	182
2. Seleção de jurisprudência	183
X. Ação administrativa de reposição	184
XI. Ações interadministrativas	190
1. Objeto.....	190
2. Tipologia de litígios nas relações entre pessoas coletivas ou entre órgãos públicos	190
3. Dos litígios interorgânicos	191
4. Dos litígios intraorgânicos.....	191
XII. Ação administrativa entre particulares	192
XIII. Pedido de reparação decorrente da imposição de sacrifícios por razões de interesse público	193
Capítulo IV	
Processos cautelares	197
1. Introdução	197
2. As providências cautelares relativas à impugnação de ato administrativo e à condenação à prática de ato devido	198
3. Critérios de decisão e requisitos substantivos para a concessão de provi- dências cautelares	199

4. Síntese dos juízos de prognose realizados pelo juiz	201
5. Das providências cautelares conservatórias.....	202
5.1. A suspensão de eficácia de um ato administrativo	202
5.2. A suspensão de eficácia de uma norma	206
6. O decretamento provisório da providência	207
7. Prazo e tribunal competente	210
8. Seleção de jurisprudência	210
Capítulo V	
Processos urgentes principais	217
1. ^A A Secção — Introdução.....	217
1. Caraterísticas dos processos principais urgentes.....	217
2. Espécies de processos principais urgentes previstos no CPTA.....	217
2. ^A Secção — Da ação administrativa urgente.....	218
1. Contencioso dos procedimentos de massa	218
2. Contencioso eleitoral	221
3. Contencioso pré-contratual urgente	222
4. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou pas- sagem de certidões.....	235
4.1. Pressupostos	236
4.2. Legitimidade ativa	236
4.3. Legitimidade passiva	236
4.4. Prazo especial.....	236
4.5. Efeitos da intimação judicial.....	237
4.6. Seleção de jurisprudência.....	237
5. A intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias	239
6. O problema da relação entre os processos urgentes principais e os pedidos na ação administrativa geral	246
7. Processos urgentes principais previstos em leis especiais	248
7.1. Ação para a declaração de perda de mandato local	249
7.2. Processos urgentes em matéria de asilo, de aquisição de nacionali- dade e de autorização de residência.....	253
Capítulo VI	
Pressupostos processuais	257
1. Nota introdutória	257
2. Pressupostos processuais relativos ao tribunal.....	258
3. Pressupostos processuais relativo às partes	261
3.1. Personalidade judiciária	261

ÍNDICE

3.2. Capacidade judiciária	262
3.3. Patrocínio judiciário.....	263
3.4. Legitimidade processual (ativa e passiva)	263
3.5. Aceitação do ato	266
4. Pressupostos processuais relativos ao processo	267
4.1. Interesse processual.....	267
4.2. Tempestividade	268
4.3. Interpelação administrativa prévia	268
4.4. Cumulação ilegal de pedidos	268
4.5. Litispêndia e o caso julgado	268
5. Seleção de Jurisprudência	270
Capítulo VII	
Recursos jurisdicionais.....	275
1. Introdução	275
2. Espécies de recursos e efeitos	277
2.1. Recursos ordinários	277
2.1.1. Recurso de apelação.....	277
2.1.2. Recurso de revista.....	278
2.1.3. Efeitos dos recursos	279
2.2. Recursos extraordinários	281
2.2.1. Recurso para uniformização de jurisprudência.....	281
2.2.2. Recurso de revisão de sentença	282
3. Legitimidade para recorrer	283
4. Regime de interposição de recurso, tramitação e decisão.....	284
5. Seleção de Jurisprudência	286
Capítulo VIII	
Execução de sentenças	291
1. Nota preliminar	291
2. Eficácia da sentença e prazos para a execução espontânea pela Administração	292
3. Prazo para o exercício do direito à execução pelo exequente (isto é, prazo para	
o exercício do direito de ação no âmbito do processo executivo)	294
3.1. Prazo para a apresentação da petição de execução para prestação de	
factos ou de coisas.....	294
3.2. Prazo para apresentar a petição de execução para pagamento de	
quantia certa.....	294
3.3. Prazo para apresentar a petição de execução de sentenças de anula-	
ção de atos administrativos	294

4. Modo de contagem do prazo para o exercício do direito de ação.....	295
5. Consequências da caducidade do direito de executar, em especial nas sentenças de anulação de atos administrativos	295
6. O âmbito da execução e a extensão dos efeitos da sentença: o direito de executar de terceiros.....	296
7. A posição dos contrainteressados diretos de boa-fé e de terceiros em face do direito de executar os julgados	297
8. Âmbito do caso julgado e o conteúdo do direito de executar: a questão dos atos renováveis.....	300
8.1. Âmbito da decisão judicial anulatória	300
9. Causa legítima de inexecução da sentença e indemnização	302
9.1. Nota prévia sobre o regime do artigo 45.º do CPTA	302
9.2. Causas justificativas da licitude da legítima inexecução da sentença	303
9.2.1. Execução para prestação de factos ou de coisas.....	303
9.2.2. Execução de sentenças de anulação de atos administrativos.....	304
9.2.3. Causa legítima de inexecução da sentença e âmbito da indemnização: alguns critérios da jurisprudência do STA.....	304
10. Seleção de Jurisprudência	305
 PARTE II	
CASOS PRÁTICOS — ENUNCIADOS E TÓPICOS DE RESOLUÇÃO.....	309
 PARTE III	
TABELAS E ESQUEMAS DE APOIO PEDAGÓGICO	365
Índice.....	371



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt